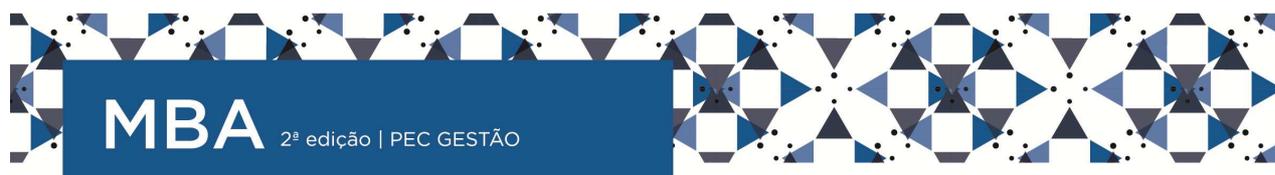




CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO



MBA EM GOVERNANÇA LEGISLATIVA

PROJETO PEDAGÓGICO

Brasília – DF

2016

1. Identificação

Nome do Curso: MBA em Governança Legislativa

1.1. Áreas de conhecimento:

60202009 – Administração Pública
60202025 – Organizações Públicas
60202033 – Política e Planejamento Governamentais
60202041 – Administração de Pessoal
70903042 – Comportamento Legislativo

1.2. Forma de oferta:

Semipresencial.

1.3. Instituição promotora:

Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara dos Deputados (CD).

Credenciada pelo MEC por meio da Portaria 51/2005. Atualmente em processo de credenciamento – Processo E-MEC nº 201207891.

1.4. Número de vagas:

30 vagas.

1.5. Público alvo:

Gestores da Câmara dos Deputados, seus substitutos atuais e potenciais.

1.6. Duração do curso:

Período letivo (aulas presenciais e a distância): 12 meses.

Atividade de orientação e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC): 6 meses.

Período para eventuais ajustes no TCC: 2 meses.

Duração total do curso: 20 meses.

1.7. Carga horária:

Período letivo (aulas presenciais e a distância): 412h.

Período para elaboração do TCC: 46 h – 6 meses.

Carga horária total do curso: 458h.

1.8. Composição das turmas e Periodicidade de ingresso:

Turmas heterogêneas compostas por servidores de diversas áreas, mediante processo de indicação a ser definido pela Direção da Casa, com ingresso anual.

1.9. Coordenação:

1.9.1 Coordenador Acadêmico:

Ricardo Senna Guimarães

Titulação e regime de contratação: Mestre em Psicologia Social do Trabalho e das Organizações – Servidor efetivo da Câmara dos Deputados.

Experiência acadêmica e profissional:

Administrador, Especialista MBA Executivo em Finanças pelo IBMEC, Mestre em Psicologia Social do Trabalho e das Organizações pela UnB. Chefe de Serviço na Coordenação de Pós-Graduação do Cefor, atua no planejamento e avaliação de cursos.

1.9.2 Coordenador Administrativo:

Ricardo de João Braga

Titulação e regime de contratação: Doutor em Ciência Política – Servidor efetivo da Câmara dos Deputados.

Experiência acadêmica e profissional:

Professor no Cefor e coordenador da área de Pós-Graduação. Atua em seu curso de Mestrado Profissional em Poder Legislativo, cursos de especialização e cursos livres. Trabalhou anteriormente no Poder Executivo como Gestor Governamental, especificamente nos Ministérios da Fazenda, Previdência Social e Meio Ambiente. Na Câmara dos Deputados exerceu também atividades de Analista Legislativo em lideranças partidárias. Obteve seu doutoramento em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos IESP da Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 2011 e Mestrado na UnB em 2006.

1.10. Equipe técnica

Coordenação de Pós-Graduação do Cefor

Complexo Avançado, sala 2

F: 3216-7685 3216-7679

copos.cefor@camara.leg.br

2. Justificativa

Há cerca de três décadas começou a ganhar força a discussão sobre a necessidade de modernização da gestão pública de forma a reaproximar os cidadãos do aparelho do Estado, com atenção especial à eficiência. No caso brasileiro, a eficiência foi consagrada como um dos princípios da administração pública pela Constituição Federal de 1988. Contudo, as iniciativas de modernização da gestão pública ainda não levaram em consideração, com a devida e necessária atenção, a formação dos atores que estarão encarregados de levar adiante suas propostas. Os responsáveis, em grande parte, pela implementação das medidas modernizantes e dos processos de mudança são os gestores públicos – servidores que exercem funções de direção nos diversos órgãos.

O papel de líder exercido pelo gestor é essencial para a transformação da administração pública e a lacuna desse tipo de liderança é identificada como um dos principais fatores de falência de iniciativas modernizadoras anteriores. O gestor público representa o aparelho do Estado e, além de encarnar legitimidade, precisa ser exemplar em sua atuação. Cabe ao gestor público não somente executar as decisões dos atores políticos, mas também participar ativamente do processo de apropriação dessas decisões pelos demais servidores.

No contexto da Câmara dos Deputados esse movimento está concretizado pela Gestão Estratégica, adotada desde 2004, que estabelece diretrizes e linhas de atuação de longo prazo e nos planos de ação de curto prazo, com projetos voltados tanto para a área administrativa como para as áreas legislativa e política. Na Política de Recursos Humanos da Casa estão descritas as competências gerenciais relevantes ao desempenho profissional dos servidores que exercem função gerencial. Essa cultura precisa ser disseminada e fortalecida para que os resultados pretendidos possam ser efetivamente alcançados.

Essa é a dimensão exemplar da atuação do gestor público, mais especificamente do servidor que exerce ou virá a exercer função de gestão no ambiente legislativo, que não pode dispensar de formação específica capaz de atender às idiossincrasias de uma governança cada vez mais complexa e que difere, em muitos aspectos, da gestão de entidades privadas. É essa formação que se propõe a oferecer o MBA em Governança Legislativa inserida no contexto do Poder Legislativo.

Após o encerramento da 1ª edição do curso, ofertada no período 2014/2015, a coordenação realizou seminário de revisão do projeto pedagógico com o objetivo de discutir a proposta do MBA e apontar ajustes para a oferta das próximas edições. O seminário contou com a participação de representantes de alunos, facilitadores, monitores, orientadores, componentes das bancas e coordenadores que atuaram na 1ª edição do curso e produziu, como resultado, propostas que foram, em grande parte, incorporadas neste projeto pedagógico. Dessa forma, entende-se que o MBA em Governança Legislativa, sintonizado com as necessidades de formação do gestor público e maturado pelas experiências vivenciadas por seus agentes, reforça seu potencial de cumprir papel relevante como instrumento artífice da modernização da gestão pública brasileira, com foco nas especificidades das casas legislativas.

3. Histórico da instituição

Instituído pelo Ato da Mesa n. 69, em 1997, o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor) recebeu a missão de planejar, promover, executar e avaliar programas e atividades de recrutamento, seleção, atualização, aperfeiçoamento, especialização e desenvolvimento de recursos humanos da Câmara dos Deputados. Também é de sua competência a extensão de suas ações e objetivos à comunidade, incluindo a possibilidade de realização de convênios de intercâmbio e cooperação mútua com entidades, instituições públicas e particulares, a prestação de serviços relacionados às suas atividades e fins institucionais, além do desenvolvimento e execução de programas, projetos e atividades de capacitação.

Essas atribuições são executadas pelo Cefor na forma de cursos, conferências, palestras, seminários e outras atividades técnico-científicas e culturais destinadas não só aos servidores da Câmara dos Deputados, como também a um público diversificado, incluindo agentes políticos, servidores de outras entidades, alunos de instituições de ensino superior, entre outros.

No universo das escolas de governo, o Cefor se distingue pelo foco na sistematização de conhecimento específico, inerente ao Poder Legislativo, com a institucionalização de um Programa de Pós-Graduação próprio, articulando as vertentes de ensino, pesquisa e extensão, e pelo credenciamento junto ao MEC (Portaria MEC 51/2005, atualmente em processo de credenciamento) para oferecer seus cursos de especialização no lugar de estabelecer parcerias com instituições de ensino. O objetivo básico do Programa consiste em desenvolver a educação legislativa, por meio de cursos de pós-graduação não disponíveis no mercado ou que tratem de competências exclusivas do Poder Legislativo. Ademais, com essa prática, é possível exercer maior controle da qualidade do ensino e configurar uma face mais acadêmica para o conhecimento que é produzido na Câmara dos Deputados.

Em outubro de 2011, a Capes aprovou a criação do Curso de Mestrado Profissional em Poder Legislativo, área de concentração Ciência Política e Relações Internacionais, oferecido pelo Cefor a partir do segundo semestre de 2012.

4. Objetivos do curso

Geral

Proporcionar desenvolvimento de padrão de excelência em governança legislativa, constituído de valores, princípios éticos e competências gerenciais de alto nível para o gestor público da Câmara dos Deputados atuar de forma inovadora e coerente com as expectativas da sociedade em relação ao Poder Legislativo.

Específicos

1. Promover formação de alto nível em governança pública, planejamento, gestão de processos, projetos e pessoas, em harmonia com as premissas da Gestão Estratégica da Câmara dos Deputados e com foco nas especificidades das casas legislativas.
2. Desenvolver competências gerenciais individuais relevantes ao desempenho profissional dos gestores públicos e seus sucessores indicadas na Política de Recursos Humanos da Câmara dos Deputados.
3. Promover reflexão crítica sobre o papel do gestor público no contexto do Poder Legislativo, inclusive como agente de mudança de cultura organizacional.

4. Proporcionar desenvolvimento de sistema de referência gerencial para a Câmara dos Deputados, constituído de valores, princípios éticos e competências gerenciais de alto nível.
5. Disseminar e fortalecer a cultura de gestão estratégica implementada pela Câmara dos Deputados.

5. Perfil do egresso

O profissional a ser formado deverá ser capaz de:

1. Planejar e gerir processos, projetos e pessoas de forma eficaz e inovadora no contexto de mudança do setor público, de forma a concretizar as premissas da Gestão Estratégica da Câmara dos Deputados.
2. Empregar os conhecimentos, habilidades e atitudes necessários à sua atuação profissional como gestor público, descritos na Política de Recursos Humanos da Câmara dos Deputados, agregando valor e contribuindo para o alcance dos objetivos da instituição.
3. Aprimorar a capacidade de decisão em ambientes complexos e atuar como agente transformador em gestão pública.
4. Integrar-se em um sistema de referência gerencial, constituído de valores, princípios éticos e competências gerenciais de alto nível.
5. Compreender a cultura de gestão estratégica e atuar como disseminador das suas ações.

6. Público alvo

O público-alvo do curso são gestores da Câmara dos Deputados, seus substitutos e potenciais gestores, interessados na temática de governança aplicada ao Poder Legislativo. Mais especificamente, o curso é destinado a profissionais que necessitem adquirir conhecimentos complementares como agentes públicos do Poder Legislativo, voltados para a governança pública no contexto das transformações políticas, sociais e econômicas da atualidade.

7. Competências a serem desenvolvidas

O curso tem como proposta desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes de governança pública em alto nível e, especificamente, as competências individuais gerenciais relevantes ao desempenho profissional dos servidores que exercem função gerencial descritas na Política de Recursos Humanos da Câmara, abaixo relacionadas:

- Estabelecer prioridades e alocar recursos, de forma eficiente, considerando o planejamento estratégico institucional.
- Gerenciar e aprimorar continuamente processos de trabalho.
- Estimular e promover continuamente o desenvolvimento das competências dos servidores.
- Formular e implementar planos e estratégias de ação, em conformidade com a missão institucional e as deliberações dos comitês de gestão estratégica.

- Mobilizar e coordenar esforços individuais e da equipe, orientando e avaliando o desempenho dos servidores.
- Gerenciar conflitos, considerando os objetivos organizacionais.
- Manifestar conhecimento técnico adequado ao exercício da sua função gerencial.
- Promover e manter parcerias internas ou com outras Instituições, visando compartilhar esforços, experiências e recursos.
- Informar frequentemente a equipe sobre decisões, planos e estratégias.
- Promover a participação dos servidores na tomada de decisões, estimulando as contribuições individuais.

8. Concepção do curso, política e estratégia de ensino

A proposta do curso se baseia na potencialização da experiência que o aluno detém, oriunda de sua vivência profissional, na criação de oportunidades para socialização dessa experiência, na oferta de conhecimento abrangente e de temas de vanguarda dentro do escopo da governança pública e na construção de percursos individuais de aprendizagem.

Várias etapas do curso são realizadas de forma imersiva, em ambientes adequados para preservar os participantes de questões cotidianas e possibilitar que se dediquem integralmente aos trabalhos. A abordagem da imersão propicia relação diferenciada entre ensino e aprendizagem, a partir da valorização de alguns aspectos inerentes ao processo de desenvolvimento profissional de adultos, tais como a integração de saberes e experiências anteriores com novas construídas ao longo da formação oferecida, maior diálogo entre conhecimento prático e conhecimento teórico, além de oferecer oportunidades para que o aluno, estimulado por uma demanda cognitiva inusitada ative, em síntese criativa, competências específicas inerentes à especificidade do cargo.

As disciplinas e atividades do curso estão organizadas em seis eixos de conteúdo, sendo um eixo de domínio conexo, quatro eixos de domínios específicos (planejamento, processos, projetos e pessoas) e um eixo do trabalho de conclusão.

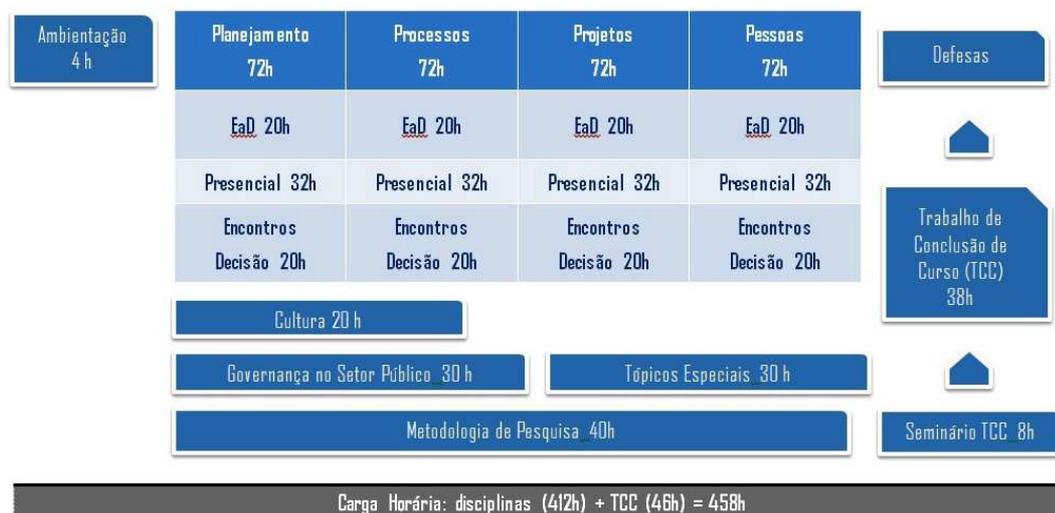
Em cada um dos eixos específicos são oferecidos conteúdos a distância, com objetivo nivelador, e conteúdos presenciais, de natureza reflexiva, de instrumentalização e estudos de casos. Esse ciclo de formação, cujas etapas atuam de forma a se complementar, disponibiliza ao aluno a oportunidade de se reciclar em objetos de estudo clássicos, de conhecer melhores práticas, de aprofundar-se em temas precursores na gestão pública, de compartilhar suas experiências como forma de aprendizado e de obter capacitação em ferramentas de gestão aplicáveis à sua expectativa e ao seu ambiente de trabalho.

Além dos quatro eixos estruturantes, o conteúdo programático incorpora um eixo de domínio conexo com conteúdos específicos voltados à preservação ou mudança da cultura organizacional, a práticas de governança e instrumentos de gestão e à organização do trabalho intelectual. Momentos específicos do curso são destinados ao estudo de temas considerados relevantes ou que demandem tratamento aprofundado, com mediação de professores e participação de especialistas. Esses encontros, cujos temas podem ser propostos pela turma, destinam-se aos conteúdos transversais que complementam as abordagens das disciplinas, à prospecção de teorias, práticas, perspectivas e inovações, à discussão de tópicos problematizados que proporcionem a ampliação da visão dos alunos, às abordagens específicas da gestão estratégica da Câmara dos Deputados, às análises comparativas, entre outros.

Uma das estratégias do curso é possibilitar aos alunos a construção de percursos individuais de aprendizagem, valendo-se de uma série de atividades, conteúdos e estudos de casos oferecidos em contexto de trabalho em grupo com foco em resultados, chamados Encontros de Decisão. Valorizando a visão multidisciplinar da gestão, as vivências de trabalho e a capacidade de análise crítica dos participantes, os Encontros de Decisão oferecem a oportunidade de realização de painel de experiências, momentos em que cada gestor pode compartilhar seu conhecimento tácito, bem como suas vivências bem-sucedidas na Casa. Nesse processo, os alunos são guiados por docentes-mediadores responsáveis por ajudá-los na construção dos seus caminhos, bem como por intervir em momentos de docência propriamente dita.

No eixo do trabalho de conclusão, o aluno tem a oportunidade de aprofundar o conhecimento obtido por meio de um projeto que englobe análise, proposição e eventual aplicação organizacional. Como forma de integração de todos os conhecimentos adquiridos ao longo do curso em uma oportunidade de vivência e inovação profissional, o projeto, que se configura em trabalho de conclusão de curso, é orientado por um conselheiro acadêmico com experiência em gestão pública e profundo conhecimento institucional da Câmara dos Deputados.

O desenho conceitual do curso tem a seguinte modulação:



EaD: 80h = 17% da carga horária total do curso

As atividades descritas no fluxo acima são:

- Ambientação (4h): atividade com caráter integrador e motivacional, com o objetivo, entre outros, de estabelecer contrato de convivência e sensibilizar a turma quanto à vinculação dos temas a serem abordados no curso com a gestão estratégica da Câmara dos Deputados.
- EaD (80h): quatro disciplinas a distância, com 20 horas-aula cada, nas quais serão abordados aspectos introdutórios e de nivelamento para cada eixo de estudo do curso: planejamento, processos, projetos e pessoas.
- Presencial (128h): quatro disciplinas presenciais, com 32 horas-aula cada, de caráter imersivo, voltadas ao estudo aprofundado de conteúdos substantivos, relevantes e de vanguarda nos quatro eixos de conteúdo do curso: planejamento, processos, projetos e pessoas.
- Encontros de Decisão (80h): quatro disciplinas presenciais de 20 horas-aula cada, de caráter imersivo, com metodologia de aprendizagem baseada em problemas, realizadas em grupos de trabalho, destinadas à aplicação de estudos de caso diretamente relacionados aos conteúdos vivenciados nas disciplinas presenciais. Esse formato permite aos alunos compartilhar conhecimentos existentes e obtidos, além de aliar a aprendizagem teórica à aplicação prática.

- Cultura (20h): disciplina voltada à discussão aprofundada do tema mudança organizacional no contexto do Poder Legislativo, seus fundamentos teóricos e metodológicos, bem como os desafios da gestão da mudança tendo como pano de fundo a gestão estratégica adotada pela Câmara dos Deputados. A disciplina é conduzida por um docente do curso, valendo-se da participação de gestores estratégicos da Casa.
- Governança no Setor Público (30h): disciplina voltada a discutir o desenvolvimento da Gestão Pública aplicada ao Legislativo, seus instrumentos, cenários e contextos institucionais.
- Tópicos Especiais em Governança Legislativa (30h): disciplina realizada por meio de encontros específicos direcionados ao estudo e discussão de temas ligados ao estado da arte em Gestão Pública aplicada ao Legislativo, tópicos considerados relevantes ou que demandem tratamento aprofundado e conteúdos transversais. Coordenada por um docente do curso, é oferecida por meio de seminários, palestras, painéis e encontros com notórios especialistas externos e internos.
- Metodologia de Pesquisa (40h): disciplina dirigida ao estudo do método científico e da organização do trabalho intelectual, com foco na orientação metodológica para a elaboração do plano de projeto para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).
- Seminário do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC (8h): atividade letiva destinada à pré-avaliação, mediante apresentação e discussão em plenária do trabalho desenvolvido em período anterior ao de exame do TCC, com o objetivo de compartilhar experiências e efetuar eventuais ajustes. A atividade é conduzida por um docente do curso, com a participação de um professor avaliador.
- Trabalho de Conclusão de Curso - TCC (38h): construção realizada por meio de orientação e de trabalho em pares, onde o orientador propõe estudos, atividades de aprendizagem e pesquisas diversificadas com o objetivo de apresentar um projeto de análise, proposição e eventual aplicação organizacional, aplicado à realidade da Câmara dos Deputados, como produto final a ser avaliado.
- Defesas: bancas de defesa individuais dos TCCs, compostas pelo orientador e por um professor avaliador convidado. Compõe etapa necessária à aprovação no curso.

9. Período e periodicidade

O curso tem duração total de 20 meses, sendo que o período letivo é realizado em um ano, com 412 horas de disciplinas e atividades presenciais, a distância e imersivas. Após esse período, o aluno terá 46 h, ou seis meses, para elaboração e apresentação final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Cada eixo de conteúdo (planejamento, processos, projetos e pessoas) é estruturado para que as aulas presenciais e os encontros de decisão sejam realizados de forma intensiva, concentrados em períodos de 52h. As disciplinas a distância de cada eixo, com 20h cada, são oferecidas anteriormente a esses encontros, como forma de nivelamento da turma e preparação para as aulas. Dessa forma, completa-se o ciclo nivelamento-reflexão-estudo de caso proposto para cada eixo de conteúdo do curso, com dedicação adequada ao perfil da turma de alunos.

10. Conteúdo programático

Ao longo do curso os conteúdos são disponibilizados em seis eixos, relacionados às diferentes atividades propostas:

Eixo: Domínio Conexo – 124 h

Disciplina/Atividade	Modalidade	Carga Horária	Ementa
Ambientação	Presencial	4h	Conteúdo motivacional e de integração. Vinculação dos temas a serem abordados no curso com a gestão estratégica da Câmara dos Deputados.
Cultura	Presencial	20h	O conceito de cultura e seus elementos. Etnocentrismo e relativização. Cultura Brasileira: o dilema cultural brasileiro e outros esquemas. Administração Pública e mudança cultural. A cultura e a gestão estratégica na Câmara dos Deputados.
Governança no Setor Público	Presencial	30h	Sistema de Governança no Setor Público. Práticas de Governança. Governança aplicada ao Legislativo. Cenários e contextos institucionais. Governança na Câmara dos Deputados. Governança do Legislativo Comparada. Instrumentos de Governança.

Disciplina/Atividade	Modalidade	Carga Horária	Ementa
Tópicos Especiais em Governança Legislativa	Presencial	30h	Estado da arte em Gestão Pública aplicada ao Legislativo. Padrões de excelência em governança. Arquitetura corporativa. Gestão da qualidade. Custos e estudos de viabilidade de ações. Indicadores de desempenho. Gestão orçamentária da Câmara dos Deputados. Ética e liderança. Competências conversacionais. Imagem e marketing institucionais. E-government. Sustentabilidade. TI aplicada à gestão na Câmara dos Deputados. Temas negociados com a turma.
Metodologia de Pesquisa	Presencial	40h	Organização do Trabalho Intelectual. Método científico. Técnicas de Redação e de Pesquisa. Estrutura, forma e normalização projetos e outros trabalhos científicos. Melhores práticas em elaboração de projetos. Orientação metodológica para a elaboração do plano de projeto (ou projeto de pesquisa) para o Trabalho de Conclusão do Curso.

Eixo: Planejamento e Tomada de Decisão – 72 h

Disciplina/Atividade	Modalidade	Carga Horária	Ementa
Introdução ao Planejamento e Tomada de Decisão	A distância	20h	Planejamento (histórico, conceitos, teoria, processo). Configuração institucional da Câmara dos Deputados e processo de planejamento. Tomada de Decisão (histórico, conceitos, teoria, processo).
Planejamento e Tomada de Decisão	Presencial	32h	Planejamento Estratégico e Teoria da Decisão (escolas, metodologia, técnicas, instrumentos). Construção e análise de cenários. Aplicação na gestão pública brasileira e na Câmara dos Deputados. Planejamento e Orçamento Público. Orientação para desenvolvimento de estudos de casos.
Encontros de Decisão em Planejamento e Tomada de Decisão	Presencial	20h	Estudos de casos relacionados a planejamento e tomada de decisão.

Eixo: Gestão de Processos – 72 h

Disciplina/Atividade	Modalidade	Carga Horária	Ementa
Introdução à Gestão de Processos	A distância	20h	Histórico, conceitos, teoria, princípios, premissas, principais linhas de atuação e melhores práticas da Gestão de Processos.
Gestão de Processos	Presencial	32h	Aplicação da gestão de processos na administração pública brasileira. Comunicação organizacional. Alinhamento estratégico e governança de processos. Modelagem, implementação e gerenciamento de processos. Pessoas em gestão de processos. Racionalização de processo organizacional. Orientação para desenvolvimento de estudos de casos.
Encontros de Decisão em Gestão de Processos	Presencial	20h	Estudos de casos em gestão de processos e comunicação organizacional.

Eixo: Gestão de Projetos – 72 h

Disciplina/Atividade	Modalidade	Carga Horária	Ementa
Introdução à Gestão de Projetos	A distância	20h	Histórico, conceitos, teoria, princípios, premissas e principais linhas de atuação da Gestão de Projetos. Aplicação na Câmara dos Deputados.
Gestão de Projetos	Presencial	32h	Cenários e métodos da Gestão de Projetos. Governança e priorização. Aplicação na administração pública brasileira e na Câmara dos Deputados. Melhores práticas em gestão de projetos. Orientação para desenvolvimento de estudos de casos.
Encontros de Decisão em Gestão de Projetos	Presencial	20h	Estudos de casos relacionados a gestão de projetos.

Eixo: Gestão de Pessoas na Administração Pública – 72 h

Disciplina/Atividade	Modalidade	Carga Horária	Ementa
Introdução à Gestão de Pessoas na Administração Pública	A distância	20h	Histórico, conceitos, teoria, princípios, premissas e principais linhas de atuação da gestão de pessoas na administração pública brasileira.
Gestão de Pessoas na Administração Pública	Presencial	32h	Gestão por competências. Gestão do desempenho. Gestão de carreiras. Liderança, negociação e gestão de conflitos. Gestão do conhecimento e da informação, aprendizagem organizacional. Orientação para desenvolvimento de estudos de casos.
Encontros de Decisão em Gestão de Pessoas na Administração Pública	Presencial	20h	Estudos de casos relacionados a gestão de pessoas na administração pública.

Eixo: Trabalho de Conclusão de Curso – 46h

Seminário do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC	Presencial	8h	Pré-avaliação, mediante apresentação feita pelos alunos e discussão em plenária em período anterior ao de exame do TCC, com o objetivo de compartilhar experiências e efetuar eventuais ajustes.
Trabalho de Conclusão do Curso – TCC	Presencial	38h	Orientação para construção do projeto de análise, proposição e eventual aplicação organizacional, aplicado à realidade da Câmara dos Deputados, como produto final a ser avaliado. (ou outro formato a ser definido)

11. Corpo docente

O corpo docente do curso é constituído de professores internos e eventualmente professores externos. Os primeiros são servidores da Câmara dos Deputados que possuem titulação, experiência pedagógica e conhecimento profissional da área do curso, sobretudo no que diz respeito aos aspectos mais específicos da gestão estratégica da Casa. Privilegia-se a participação de componentes dos Grupos de Pesquisa e Extensão (GPEs) do Programa de Pós-Graduação do Cefor. Nesse sentido, objetiva-se potencializar a experiência dos gestores estratégicos da instituição e da estrutura de pesquisa em operação como instrumentos de alavancagem dos conteúdos disponibilizados no curso.

Os professores externos são docentes atuantes na área, convidados de outras instituições, que, por sua qualificação, podem complementar a formação oferecida pelos professores internos, obedecidos os parâmetros estabelecidos pela legislação vigente.

12. Metodologia

As atividades pedagógicas são desenvolvidas com base em várias metodologias, que se complementam e estão descritas a seguir:

- Atividades a distância: disciplinas com acesso aos conteúdos por meio de recursos on-line, como texto, vídeo, etc, em tela de computador ou biblioteca virtual (com possibilidade de impressão) e discussão dos temas em ambiente de aprendizagem colaborativa (fórum virtual da plataforma Moodle), com mediação de um docente do curso e de um monitor.
- Atividades presenciais: encontros nos quais a presença do professor é marcada pela condução das atividades e transmissão dos conhecimentos, focada no conteúdo. Podem se configurar como aula expositiva, seminários, palestras, etc e podem ter caráter imersivo.
- Aprendizagem Baseada em Problemas: de caráter imersivo e aplicada especialmente nos Encontros de Decisão, trata-se de estratégia centrada no aluno em que estes resolvem problemas de forma colaborativa e refletem sobre suas experiências, utilizando-se vários métodos de pesquisa para resolver a questão. O objetivo é propiciar aos alunos a capacidade de tratar sistematicamente questões complexas, transcendendo os aspectos teóricos e permitindo que os participantes complementem as evidências oriundas dos problemas tratados com o conhecimento de seus colegas e pares, acrescentando a sua própria expertise.
- Orientação para o Trabalho de Conclusão de Curso: atividade realizada por meio de, pelo menos, cinco encontros presenciais, na qual o aluno é orientado por um professor quanto à elaboração do seu projeto final, com base em plano de trabalho previamente estabelecido.
- Banca de defesa: momento final do processo de orientação, no qual o aluno deverá apresentar seu projeto de intervenção e submetê-lo a avaliação de banca composta por dois professores, sendo um deles o seu orientador. Tem como objetivo a discussão aprofundada da pesquisa, visando maior aprendizagem do tema estudado e melhor adensamento do campo conceitual e metodológico adotado pelo aluno, formalizando a etapa de conclusão do curso.

13. Multidisciplinaridade

A multidisciplinaridade faz parte da constituição do curso, visto que se situa na confluência de cinco áreas de conhecimento - Administração Pública, Organizações Públicas, Política e Planejamento Governamentais, Administração de Pessoal e Comportamento Legislativo. O eixo norteador do curso é a política de gestão estratégica adotada na Câmara dos Deputados. Espera-se que os alunos percebam essa relação entre as áreas de conhecimento abordadas e a linha norteadora do curso e saibam localizá-la nas diferentes disciplinas e atividades propostas.

Mais especificamente, o diálogo necessário entre as diversas áreas de saber é incentivado na elaboração do trabalho de conclusão, o qual, mesmo quando situado em uma área específica, não poderá ser concretizado sem referência ao conjunto dos conteúdos do curso. O norteamento dessa atividade é a integração dos conteúdos na construção de proposta de projeto compatível com a realidade da Câmara dos Deputados.

14. Trabalho de conclusão

A proposta do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), como produto final a ser avaliado, é o desenvolvimento de um projeto pessoal, de impacto setorial ou organizacional, no qual o aluno apresenta proposta de análise e eventual mudança que poderá ser encaminhada para implantação em um período posterior à sua aprovação, mediante aprovação pelas instâncias decisórias da Casa. O projeto deverá atender aos requisitos formais de projetos corporativos, com foco na aplicação no contexto organizacional e na criação de valor para a Câmara dos Deputados.

O TCC pode ser elaborado de duas formas: pesquisa individual ou integrada. Na primeira modalidade o aluno desenvolve sua investigação a partir de um problema determinado, explicitando as ações a serem adotadas ao longo do processo de pesquisa. A segunda segue os mesmos passos da primeira, apenas tem a particularidade de dividir o tema de pesquisa com outro aluno-pesquisador. Note-se que, neste caso, cada aluno desenvolve e apresenta o seu trabalho individualmente, mas pode se beneficiar de trocas de informações e outros elementos que compartilhe com o(s) colega(s) a partir do tema comum.

15. Atividades complementares

Nas diversas disciplinas e atividades estão previstas abordagens integrativas como palestras, seminários, visitas institucionais e afins. Além dessas, estudos dirigidos, participação em eventos acadêmicos científicos ou de negócios, entre outros, são orientadas por professor-mediador.

16. Infraestrutura física e tecnológica

O curso é realizado nas instalações do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento - Cefor, da Câmara dos Deputados, ou em instalações externas destinadas a esse fim, podendo ocorrer em estabelecimentos educacionais ou hoteleiros instalados em Brasília.

O Cefor está localizado à Via N-3, Projeção L, Setor de Garagens Ministeriais Norte, Brasília - DF. O Cefor dispõe de 1 sala de reunião com capacidade para 13 pessoas, 1 auditório com capacidade para 122 participantes, 7 salas de aula e 3 laboratórios de informática, sendo todos equipados com computadores, quadros, projetores e recursos de áudio. Além disso, oferece ainda, sala de professores, salas de serviço administrativo, lanchonete e estacionamento privativo. O curso conta, ainda, com o apoio da biblioteca da Câmara dos Deputados.

O Programa de Pós-Graduação dispõe do ambiente virtual de aprendizagem Moodle, que possibilita a realização de atividades acadêmicas a distância e promove a comunicação entre o grupo de alunos e professores.

17. Seleção e matrícula

A turma será formada por até 30 servidores efetivos da Câmara dos Deputados, ocupantes de FC2, FC3 ou substitutos.

A composição da turma se dará mediante processo seletivo simplificado, com quantidade de vagas destinadas a órgãos da Casa. O processo seletivo será regido por regulamento próprio que deverá prever as etapas de inscrição, avaliação dos candidatos e divulgação do resultado final.

Para se inscrever no processo seletivo o candidato deverá apresentar, ao Cefor, formulário com exposição de motivos e indicação de proposta de projeto de intervenção a ser desenvolvido durante o curso. A proposta deverá conter a descrição, os objetivos e os resultados esperados do projeto.

A partir da inscrição dos candidatos, uma comissão de gestores da Casa fará a avaliação da exposição de motivos e da proposta de projeto de intervenção com base nos critérios de pertinência, aplicabilidade e clareza. Em seguida, definirá a lista dos 30 servidores indicados para o curso e informará ao Cefor.

Após o recebimento dessas indicações, o Cefor divulgará o resultado final do processo seletivo com a relação dos 30 candidatos aptos a efetivar a matrícula no curso. Para realizar a matrícula o interessado deverá preencher requerimento específico e colher autorização do Diretor do Órgão, Chefe de Gabinete ou Deputado. Outros documentos também serão requeridos.

O início da atividade de orientação do TCC também será condicionada à efetivação de matrícula em período específico estabelecido pela coordenação do Programa de Pós-Graduação.

18. Avaliação do rendimento do aluno

O rendimento escolar do aluno é aferido por disciplina ou atividade, abrangendo sempre os aspectos de assiduidade e eficiência, ambos eliminatórios por si mesmos.

Quanto ao aspecto da assiduidade, são observados os critérios definidos pelo MEC em que a frequência mínima exigida para cada disciplina ou atividade é de 75% do total de horas/aula. Essa frequência é verificada pelo professor em todos os encontros presenciais por meio de pauta de frequência.

O aspecto da eficiência pode ser medido por meio de provas, seminários, trabalhos, produção e apresentação de solucionários para os problemas apresentados nos encontros de decisão, estudos dirigidos e atividades orientadas, individuais ou em grupo. A avaliação nas atividades a distância é realizada por meio da participação em fóruns de discussões e produções específicas solicitadas aos alunos. O resultado final da avaliação será expresso por meio de notas em uma escala de 0 a 10, com no máximo uma casa decimal. A nota mínima exigida para aprovação em cada disciplina ou atividade é 7,0.

Assim, de acordo com esses critérios, será considerado aprovado, em cada disciplina ou atividade, presencial ou a distância, o aluno que apresentar frequência igual ou superior a 75% nos encontros realizados e nota final igual ou superior a 7,0.

O resultado da avaliação de eficiência poderá ser objeto de recurso a ser interposto pelo interessado e protocolado na secretaria do curso nos cinco dias úteis subsequentes à divulgação da avaliação pelo professor, podendo o aluno ter vista de sua prova. O recurso deverá ser analisado e

devolvido pelo professor à coordenação do curso, que notificará a decisão ao interessado em até dez dias úteis.

18.1 Avaliação do Trabalho de Conclusão do Curso

O exame do Trabalho de Conclusão do Curso é realizado por banca examinadora, a ser designada pela coordenação e constituída por, pelo menos, dois professores, sendo um deles o orientador.

Os discentes receberão da banca examinadora as menções “aprovado”, “aprovado com restrições”, ou “não aprovado”. Será considerado “aprovado” o aluno que receber essa menção de todos os membros da banca. Será considerado “aprovado com restrições” o discente que receber essa menção de pelo menos um dos membros da banca e, neste caso, a banca deverá discriminar os ajustes a serem feitos no TCC. Será considerado “não aprovado” aquele aluno que receber esse conceito de todos os membros da banca.

No caso de aprovação com restrições, as modificações sugeridas deverão ser efetuadas pelo discente no prazo máximo de 60 dias e apresentadas ao orientador, que atestará a validade das modificações realizadas, a fim de que possa ser considerado aprovado em caráter definitivo.

19. Avaliação do curso

Ao término de cada disciplina ou atividade, tanto alunos quanto professores avaliam, por meio de formulários próprios, a ação educacional. Essa etapa do fluxo de avaliação institucional do Programa de Pós-Graduação tem função de acompanhamento e controle com vistas a melhorias formativas e somativas das condições ofertadas.

A avaliação das disciplinas busca investigar a reação dos alunos quanto à disciplina ou atividade, à atuação docente e à coordenação, além de contemplar a autoavaliação do aluno quanto ao seu desempenho. É pareada com a avaliação docente, o que viabiliza a comparação entre as percepções dos alunos e dos professores.

A avaliação docente busca levantar a opinião do professor quanto ao curso, à turma e à coordenação, além de autoavaliação quanto ao seu desempenho. Conjugada às avaliações feitas pelos alunos, proporciona identificar caminhos de intervenção, se necessários, ainda durante o decorrer do curso.

As demais etapas do curso também são avaliadas, por formas diversas, e nos momentos específicos. Assim, antes do início das aulas, o perfil da turma e as expectativas dos alunos quanto ao curso são levantados e analisados, gerando orientação para a prática pedagógica e para o apoio prestado pela coordenação. A atividade de orientação também é avaliada de forma específica, tanto por alunos quanto pelos orientadores. Além disso, em até dois anos após de encerramento do curso, é realizada avaliação de egressos, objetivando acompanhar o impacto da formação de especialista obtida pelos ex-alunos nas suas trajetórias pessoal e profissional.

Os resultados de todas as etapas do fluxo de avaliação institucional do Programa de Pós-Graduação são amplamente divulgados em forma de relatórios de acompanhamento dirigidos aos públicos de interesse: alunos, professores, orientadores, coordenação, direção do Cefor e da Câmara dos Deputados. O objetivo final é avaliar a qualidade dos cursos e gerar propostas de aperfeiçoamento.

20. Certificação

Os certificados são emitidos pelo Cefor depois de concluídas todas as atividades do curso e recebidos todos os documentos de avaliação. Para fazer jus ao correspondente certificado, o aluno deverá ter obtido frequência e nota mínima exigida para cada disciplina ou atividade, de acordo com os critérios estabelecidos pelo MEC. Deve, ainda, ter sido aprovado no Trabalho de Conclusão de Curso, de acordo com calendário e demais regras estabelecidas. Será necessário, também, o cumprimento de todas as exigências estabelecidas pela coordenação.

Os casos omissos serão resolvidos pela coordenação do Curso.